

TUCANO GRAÚDO

NA MIRA

PROMOTORES DE ALAGOAS E DE
BRASÍLIA INVESTIGAM FUNDAÇÃO DO
PRESIDENTE DO PSDB

Alexandre Oltramari
Da equipe do **Correio**

Ronaldo de Oliveira 25.9.97

O senador Teotônio Vilela Filho tem dois motivos recentes para atrair a atenção pública. Primeiro: é presidente nacional do PSDB, partido que acaba de se tornar, pela primeira vez em sua história, dono da maior bancada de deputados na Câmara. Segundo: é o padrinho da Fundação Teotônio Vilela, em Maceió, assim batizada em homenagem a seu pai, senador morto em 1983 que se celebrou como *Menestrel das Alagoas* na campanha das Diretas-Já. A fundação está sob investigação em duas frentes simultâneas, uma em Alagoas e outra em Brasília, ambas por iniciativa do Ministério Público. E ambas por suspeitas de irregularidade no uso de dinheiro público que, ao final, poderão levar a entidade do senador tucano a ter de devolver recursos ao erário.

A partir de uma denúncia, o Ministério Público de Alagoas começou a apurar irregularidades na assinatura de um convênio entre a Fundação Teotônio Vilela e a prefeitura de Rio Largo, cidade a 35 km de Maceió. Apresentada por um advogado, a denúncia informa que a fundação recebeu recursos da prefeitura para capacitar trabalhadores, embolsou o dinheiro e não treinou ninguém. O Ministério Público recebeu uma Kombi cheia de documentos da fundação e aproveitou para esquadrihar todas as suas atividades nos últimos três anos.

A entidade foi fundada por Teotônio Vilela Filho em 1984, mas seu nome não aparece no Conselho de Administração. Até o início deste mês, o presidente da fundação era Geraldo Lessa, suplente de Teotônio no Senado. Lessa afastou-se do cargo para assumir a cadeira do presidente do PSDB no Congresso. Nos próximos quatro meses, enquanto estará de licença, Teotônio vai percorrer cidades de Norte a Sul do Brasil preparando o partido para as eleições municipais de outubro.

CONVÊNIOS MILIONÁRIOS

Fundação recebeu verba de R\$ 4,2 milhões do GDF para capacitar trabalhador e pode ter que devolvê-la

"Essa acusação não tem fundamento. Nossa entidade tem inúmeros prêmios no exterior. Está tudo certo", defende-se o agora senador Geraldo Lessa. Nem tudo. Em novembro do ano passado, a Fundação Teotônio Vilela assinou um convênio com o governo do Distrito Federal, no valor de R\$ 670 mil, para a realização de cursos de formação profissional.

Em Brasília, o promotor de Justiça de Fundações e Entidades de Interesses Sociais, José Eduardo Sabo Paes, uma das maiores autoridades do país no assunto, nunca foi informado do convênio. Pela lei, toda fundação, ao expandir suas atividades para outros Estados, deve pedir autorização ao Ministério Público. O promotor só descobriu a expansão da entidade ao ler a publicação do



Teotônio Vilela Filho: fundação com o nome do pai, proselitismo político e verba milionária recebida sem prestação de contas complicam o presidente do partido de FHC

convênio no *Diário Oficial* do DF. Decidiu reunir os documentos sobre o caso.

De Maceió, o presidente da Fundação Teotônio Vilela, Geraldo Lessa, enviou a documentação e o estatuto da entidade. Examinando a papelada, o promotor soube que, em fevereiro do ano passado, a entidade acrescentara um item ao seu estatuto, permitindo que capacitasse trabalhadores, só que não registrou a alteração em cartório nem a submeteu ao Ministério Público. A rigor, portanto, não tem valor legal. Na surdina, sem o conhecimento e a autorização do Ministério Público, a fundação não poderia ter capacitado ninguém. O promotor também solicitou ao secretário do Trabalho do Distrito Federal, Wigberto Tartuce, cópia do convênio assinado entre o GDF e a fundação.

Desde o final do ano passado, dois pedidos foram remetidos à secretaria e, até agora, não tiveram resposta. O **Correio Brasileiro** procurou o secretário Wigberto Tartuce no final da tarde de sexta-feira e durante o dia de ontem, mas, a exemplo do que aconteceu com o Ministério Público, ficou sem resposta. Mesmo sem todos os documentos, o promotor José Eduardo Sabo Paes já tem uma idéia bem clara do desfecho da investigação. "Pelos indícios de irregularidades que encontrei, o convênio será anulado e a fundação terá que devolver o dinheiro aos cofres públicos", diz ele.

O que nem o promotor sabe é que o convênio de R\$ 670 mil não foi o único assinado pelo GDF com a fundação. Em junho passado, a fundação embolsou R\$ 3,6 milhões em outros dois convênios para capacitar trabalhadores. São valores sonoros.

Nos últimos dois anos, a Fundação Teotônio Vilela fez convênios — regulares, diga-se — com seis ministérios do governo federal. No total, esses convênios somam R\$ 3,2 milhões. Com o GDF, em apenas três convênios feitos em sete meses, a conta final já chega a R\$ 4,2 milhões.

USO ELEITORAL É VETADO

TSE considera vantagem indevida, em tempos de eleição, fundação ter o nome de um candidato

Em geral, os políticos adoram ter fundações, que se trans-

José Varella 15.1.98



Tartuce: secretário de Trabalho de Brasília não explica repasse de R\$ 4,2 milhões para fundação

formam em eficazes instrumentos para cabalar votos em época de eleição. Até recentemente, ainda contavam com a inépcia do poder público em fiscalizá-las adequadamente.

Por um dispositivo do Código Civil, que data de 1916, uma entidade como a do senador Teotônio Vilela só pode funcionar com autorização e fiscalização do Ministério Público. Em algumas regiões, como São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, existem promotorias especializadas em fundações há mais de dez anos. Mas, na maior parte do país, esse tipo de acompanhamento começou apenas no ano passado. Quando a inovação chegou a Alagoas, com mais de 80 anos de atraso, a fundação do senador tucano começou a ter problemas.

Se as coisas funcionassem antes, o senador Teotônio nem teria sido candidato à reeleição. Isso porque as fundações são obrigadas a manter nomes que não identifiquem um político candidato. Em 1994, quando concorreu à reeleição para o Senado, Teotônio Vilela Filho mantinha a Fundação Teotônio Vilela em pleno vapor em Alagoas. Na sede da entidade, um casarão de 650 metros quadrados, políticos se reuniam com Teotônio

para decidir os rumos da campanha. Sete meses antes da eleição, no entanto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) concluiu que um político que tem uma fundação com o seu nome, como é o caso do presidente do PSDB, disputa a eleição em condições de desigualdade com os demais candidatos.

A decisão do TSE, publicada em 24 de março de 1994 no *Diário da Justiça*, passou a orientar o entendimento dos juízes em casos desse tipo. "Há uma indução que leva o eleitor a votar na pessoa física que tem o seu nome representado numa fundação que presta serviços à sociedade.

Se esse problema tivesse sido detectado em 1994, logo após a eleição, a candidatura do senador teria sido anulada", diz o promotor José Eduardo Sabo Paes. Como em 1994 o Ministério Público não gastava dois segundos para fiscalizar fundações, a entidade do senador passou ilesa. Assim como sua candidatura ao Senado.

Em Brasília, também em 1994, a Fundação Luiz Estevão, que o Ministério Público descobriu ser de fachada, foi obrigada a regularizar sua situação e trocar de nome. Distribuiu leite e sopa na periferia de Brasília com uma mão e, com a outra, pedia votos para a campanha do empresário a deputado distrital.

Por determinação da Justiça, virou Fundação OK, mas, como quase todo mundo em Brasília sabe que o grupo OK pertence a Luiz Estevão, o empresário foi obrigado a mudar o nome novamente. Dessa vez, para Fundação Comunidade. A fundação do hoje senador Luiz Estevão está em processo de extin-

ção. Ela nunca prestou contas de suas atividades ao Ministério Público, uma obrigação legal, e está com suas atividades paralisadas.

UMA MINA DE DINHEIRO

Fundação Teotônio Vilela recebe recursos públicos para instalar energia elétrica e extrair água

Se em 1994 o senador Teotônio Vilela não poderia concorrer ao Senado com a fundação de portas abertas, de lá para cá as portas só se abriram mais. Nos últimos dois anos, o senador turbinou sua força política e a de seu partido com os recursos públicos de convênios destinados à instalação de energia elétrica em regiões pobres ou extração de água do subsolo nordestino.

Não há nada de errado em uma fundação receber dinheiro do governo federal para tocar projetos sociais. No Conselho Nacional de Assistência Social, um órgão do Ministério da Previdência, há 7.500 entidades filantrópicas cadastradas.

No caso da fundação do tucano, além do nome impeditivo do proselitismo político, as irregularidades que podem levá-lo ao constrangimento de ter de reembolsar os cofres públicos são um complicador adicional. O **Correio** vem tentando falar com o senador desde a tarde de sexta-feira, mas ele não retornou as ligações. No sábado, porém, sua assessoria informou que ele estava passeando de barco com a família em Maceió.